

## O Ateliê Vó Conceição e a musealização em processo no Terreiro da Casa Branca

### The Ateliê Vó Conceição and the musealization in process at the Terreiro da Casa Branca

Marijara Souza Queiroz<sup>1</sup>

DOI 10.26512/museologia.v11i22.44707

#### Resumo

Este artigo analisa a trajetória de Maria Conceição de Oliveira (1911 – 1992), conhecida como Vó Conceição, iniciada em 1938 no Ilê Axé Yá Nassô Oká, Terreiro da Casa Branca, Salvador, Bahia, para a Orixá Nanã. Articula-se essa trajetória ao ofício de costureira e à produção dos trajes de candomblé no próprio Terreiro. Em 2006 o ateliê de costura foi inaugurado como Centro Cultural Vó Conceição, com vistas a dar continuidade aos trabalhos com a comunidade por meio da realização de cursos, palestras, exposição e guarda de trajes e objetos ritualísticos de modo a expressar uma musealização em processo por meio do uso social da memória.

#### Palavras-chave

musealização; traje de Candomblé; Casa Branca; Vó Conceição; memória social.

#### Abstract

This article analyzes the trajectory of Maria Conceição de Oliveira (1911 – 1992), known as Vó Conceição, started in 1938 at the Ilê Axé Yá Nassô, I Salvador, Bahia, for the Orixá Nanã. This trajectory is linked to the craft of seamstress and the production of candomblé paths in the Terreiro itself. In 2006, the sewing studio was inaugurated as Centro Cultural Vó Conceição, aiming to continue the work with the community through courses, lectures, exhibition and storage of costumes and ritual objects to achieve a musealization in process through the social use of memory.

#### Keywords

museumization, candomblé custom; White House; Grandma Conceição; Social memory.

#### *Roupa de Santo[a] se faz dentro do Axé*

O traje de candomblé é uma das principais formas de identificação de membros de comunidades de Terreiro uma vez que suas técnicas, materiais e padrões estilísticos de produção mantêm-se associadas ao culto às Orixás e sua simbologia no mundo natural e sobrenatural. Nesse sentido, é fundamental que os trajes usados nas cerimônias de candomblé sejam produzidos por iniciados na religião ou, ao menos, conhecedores da mitologia que se materializa para identificar e comunicar nos detalhes da vestimenta.

No Ilê Axé Yá Nassô Oká, Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia, observamos a preservação dos modos de fazer e usar os trajes por meio da concentração da produção em mãos de costureiras e bordadeiras do próprio

<sup>1</sup> Doutora em Artes pelo Instituto de Artes da Universidade de Brasília (IDA/UnB) com ênfase em Arte Contemporânea. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (EBA/UFBA) com ênfase em História e Teoria da Arte. Bacharela em Museologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA com habilitação em Museus de História e Museus de Arte. É professora do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da UnB e membro do Grupo de Pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória (CNPq) nas linhas de Teoria e Prática Museológica e Cultura, Arte e Memória. Trabalha com temas relacionados a museus e coleções, curadorias e exposições museológicas com abordagens voltadas para museologia e memória social, fundamentos e crítica da arte, estudos de gênero, raça e classe. Em: <http://lattes.cnpq.br/5070041632076159>

Terreiro ou de terreiros vizinhos e da rede de relações estabelecida entre os praticantes do Candomblé que movimenta e sustenta essa produção. O corte, a costura e o bordado são saberes que postos em prática preservam conhecimentos relacionados aos mitos e ritos condessados na composição e modos de usar o traje de candomblé.

Por isso, Maria Conceição de Oliveira (1911 – 1992), conhecida como Vó Conceição, costureira e bordadeira da Casa Branca, costurava para si, para suas irmãs e filhas pequenas, mas incentivava as iniciadas a aprenderem costurar para fazer as próprias roupas, pois defendia que “roupa de Santo se faz dentro do axé [...] dentro do candomblé” de modo que o corte e a costura deveria ser um ofício atinente às iniciadas na religião, sobretudo à Equede, posto conferido às mulheres que vestem Orixás. Chamava a atenção, ainda, para a questão de “ter que pagar para costurar” ao invés de fazer. (BRANDÃO, 2015: 142-143).

Vó Conceição foi iniciada para Nanã em 1938 no Terreiro da Casa Branca. Desde então, dedicou-se ao Candomblé e à sua Orixá até sua morte, em 1982, de modo a assimilar características relacionadas à mítica de sua Orixá:

uma senhora idosa e muito lúcida, sábia, poderosa e que tem conhecimento do próprio poder. Ela é justa e solitária, forte e corajosa, e, mais do que tudo, dotada de um caráter ambíguo.” (MARTINS, 2011: 51-52).

O caráter ambíguo é atributo de Orixás ligados ao elemento terra (Omolú, Nanã, Oyá) fonte de vida através transmutação da matéria que alimenta o círculo ancestral. Na perspectiva colonialista, com base no pensamento ocidental, a ambiguidade reside na polarização de vida e morte, tendo esta última como o fim, uma vez que a ideia de existências depende da materialidade. Como Senhora da terra e da água, Nanã detém o barro, elemento estrutural tanto da vida como da morte por isso suas filhas são muito ligadas às tradições, à memória e ao conhecimento apreendido como sabedoria.

Nanã é descendente do grande pássaro *Àtíóro* da cidade de Ofa e é chamada *Omo Àtíóro Oké Ofa*. Com Yemanjá, Oyá e Ewá formam as *lyá-eléie*, as que possuem a cabaça com o pássaro, símbolo do poder das *lyami*, grandes mães ancestrais. O culto a Nanã tem origem nas nações *Jeje* do Oeste da África e se estende ao longo do Rio Niger passando por Tapa, Nigéria, Benim, Togo e Gana. Desse modo, no processo diaspórico, Nanã já estava assimilada ao culto às divindades *lorubá* que se organizou em torno do panteão de Orixás com predominância *Keto/Nagô* que formaram o Candomblé. (SANTOS 2012: 122)

Nanã pode ser confundida com *Odùduwà*, divindade muito cultuada nos territórios *lorubá* que está associada à criação da existência humana. Seu poder é simbolizado por uma cabaça (ventre, mundo) que contém em seu interior o pássaro, *igbá-eye*, axé individual. Como progenitora, Nanã se associa às demais *lyabá*, Oxum, Yemanjá, Oyá e Obá.

De acordo com Geronice Brandão, Equede Sinha, filha biológica de Vó Conceição, sua relação com a mitologia da Orixá Nanã se expressou fortemente em 1936, aos 25 anos de idade, quando sua mãe sofria de reumatismo e não conseguia levar adiante as gestações. Morava no Alto do Gantois, próxima ao Terreiro de Mãe Menininha, quando sua saúde piorou a ponto de sua vizinha, Amorzinha de Obaluayê, filha de Santo do Gantois, apoiar-la na busca de cura espiritual.

Em busca de solução, conheceu o Babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim que, em consulta ao Ifá, comunicou que sua Santa (Nanã) a esperava em “um lugar que tem uma casa branca, na estrada da linha 15” do bonde. Amorzinha também a acompanhou até o endereço indicado para apresentar algumas pessoas que já conhecia no Terreiro. Chegaram à Casa Branca na festa das Águas de Oxalá<sup>2</sup> e, no ano seguinte, Vó Conceição foi convocada a participar do sexto barco de Tia Massi.<sup>3</sup> (BRANDÃO, 2015: 139).

Equede Sinha define sua mãe pela palavra amor, mas também pela fé no Orixá, esperança em dias melhores, respeito e solidariedade pelas pessoas. Vó Conceição desconhecia seus pais, foi criada desde cedo pelo padrinho e madrinha, um casal de médicos residentes no Pelourinho. Nesse período, limpava esqueletos humanos para os estudos de anatomia do casal, além das demais funções domésticas. Sabia que não era tratada como afilhada e sim como empregada desde cedo, por isso, casou-se aos quinze anos para fugir dessa condição. O primeiro casamento durou apenas dois anos, tempo suficiente para sair do trabalho escravo ao qual foi submetida na infância. Casou-se novamente com um soldado do exército com quem passou a morar no bairro da Graça, depois no Alto do Gantois. Após a morte do marido mudou-se para o Terreiro. (BRANDÃO, 2015: 137-138).

Vó Conceição demonstrava gratidão à Orixá, uma vez que, após sua iniciação no candomblé teve a saúde reestabelecida seu sonho realizado: ser mãe. Sua filha, Equede Sinha, herdou da mãe o ofício de costureira e religiosa e, além de coordenar o ateliê de costura do Terreiro, ocupa os cargos de *Iya Dagã*<sup>4</sup> e *Iyamorô*<sup>5</sup> e *Otun Iyaquequerê*<sup>6</sup>, mãe pequena do Terreiro, segunda sacerdotisa na hierarquia religiosa da Casa Branca, onde tem residência fixa, assim como Vó Conceição, para maior dedicação ao Candomblé.

Além das funções sacerdotais e das encomendas de trajes no próprio Terreiro, Vó Conceição circulava por Terreiros do Recôncavo Baiano e de diversos Estados do Brasil, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, onde tem descendência religiosa como liderança. A rede de relações da Casa Branca permite que algumas filhas do Terreiro com tempo de iniciação maior que sete anos, tornem-se mães-de-santo de pessoas que fundam terreiros.

A descendência se estabelece quando lideranças religiosas procuram a *Iyalorixá* da Casa Branca para consultar o *Ifá* (búzios) e o jogo aponta uma sacerdotisa como cuidadora da liderança do outro terreiro e do *egbé* (comunidade). A mão da sacerdotisa designada será posta sobre a cabeça do atendido no ritual sagrado, de modo que esta será chamada por ele de mãe-de-santo. Os motivos da procura variam entre parentesco biológico, conflitos em períodos de transição de lideranças ou por vontade pessoal da *Iyalorixá*. (OLIVEIRA, 2015: 281).

Vó Conceição cuidou de muitas cabeças a exemplo do Terreiro de Mãe Nicinha de Nanã, em Salvador, que herdou o cargo de *Iyalorixá* da mãe biológica

2 Águas de Oxalá é um ritual de “sacralização das águas e de fortalecimento das nossas cabeças”, que tem início na última sexta-feira do mês de agosto e se prolonga por vinte e um dias de uso exclusivo de roupas brancas para os iniciados no candomblé. (BRANDÃO, 2016: 92).

3 Maximiliana Maria da Conceição (1859 – 1962) ou Tia Massi de Oxaguiã foi a *Iyalorixá* que esteve à frente da Casa Branca de 1926 a 1962.

4 Cargo que corresponde à terceira pessoa da hierarquia religiosa do Candomblé. Sua principal responsabilidade é com o ritual do Padê/Ipadê de Exu.

5 Cargo que corresponde à responsável pela cuia no ritual do Padê/Ipadê de Exu.

6 *Otun Iyaquequerê* é um cargo que corresponde à primeira suplente da *Iyaquequerê*, mãe pequena do Terreiro de Candomblé.

e contou com a mão de Vó Conceição e o apoio de outras sacerdotisas da Casa Branca para “assunção do cargo”, cerimônia presidida por Mãe Tatá<sup>7</sup>, *Iyalorixá* da Casa Branca na ocasião e pelo *Babalorixá* Pai Air<sup>8</sup> de Oxaguiã, o que ampliou as relações de parentesco dos terreiros envolvidos e garantiu descendências. (OLIVEIRA, 2015: 281).

A relação também se estabelece por proximidade geográfica. Este é o caso do *Bogum*, Terreiro de Nação Jeje-Mahi, no bairro do Engenho Velho da Federação, “cujo terreno já foi contíguo ao arrendamento original das atuais instalações da Casa Branca” e, por isso, propiciou o intercâmbio de vizinhança. Da mesma forma, o *Tanury Junçara*, Terreiro de Nação Angola, mantinha e mantém intercâmbio constante. (OLIVEIRA, 2015: 300).

Mesmo após o falecimento de Vó Conceição, em 1992, suas filhas e filhos de Santos, Santas e Santes cuidadas em outros terreiros mantiveram os vínculos afetivos e familiares com a Casa Branca e seguem se visitando em cerimônias públicas e rituais. Este é o caso do *Babalorixá* Carlos de Xangô, com terreiro no bairro do CIA, em Salvador, que teve “a mão da falecida Vó Conceição tirada [da cabeça] por *Iyá Nitinha*”, *Iyaquequerê* da Casa Branca, que o adotou como filho nos cuidados sobre a cabeça em substituição à amiga e colega de sacerdócio falecida. (OLIVEIRA, 2015: 283).

De acordo com as anotações de Mãe Nitinha sobre seu trânsito nos terreiros, ela iniciou ou cuidou de aproximadamente duas mil e oitocentas pessoas, dentre as quais, vinte e sete em Buenos Ayres, na Argentina e as demais no Brasil. Muitas dessas pessoas também abriram seus terreiros tornando-se *Iyalorixás* ou *Babalorixás*, de modo que sua atuação como Mãe-de-Santo de outras lideranças alcançou descendência de pelo menos em trinta terreiros. (OLIVEIRA, 2015: 354-355).

Nesse sentido, as redes de relações da Casa Branca através do trânsito das *lyas*, asseguram descendência religiosa e, muitas vezes, trabalho remunerado para as envolvidas por meio dos saberes e fazeres comercializáveis que circundam suas práticas religiosas. Nesse processo, a costura se centraliza como função religiosa e remunerada. Outrossim, a circulação das *lyás* (mães) em outros terreiros estabelece uma padronização nos modos de fazer e usar os trajes a partir do modelo preservado na Casa Branca.

Vó Conceição deixou seu legado de costureira para Equede Sinha, sua filha biológica, pois, segundo a mesma, “Equede tem que saber costurar”, dizia à filha que a sucedeu tanto no amor pela costura como no trânsito entre outros terreiros para o fortalecimento das redes de relações da Casa Branca. (BRANDÃO, 2015: 143).

Além do ofício de costureira como prática religiosa, Vó Conceição também deixou os trajes consagrados a Nanã que são expostos no Ateliê como referência para os cursos de corte, costura e bordados de modo a assegurar a preservação de padrões de corte, costura e ornamentos, como os fios de contas aplicados sobre o babado da saia. O *rêpo-lêgo*<sup>10</sup>, além de decorar o cós e

7 Altamira Cecília dos Santos, Mãe Tatá de Oxum Tomiuá, filha biológica de Papai Okê, iniciada no oitavo barco de Tia Massi, assumiu a Casa Branca como *Iyalorixá* de 1986 a 2019.

8 *Babalorixá* em atividade no Terreiro Pilão de Prata.

9 Areonithe Conceição Chagas, mais conhecida como Mãe Nitinha de Oxum, em setenta anos de sacerdócio, foi responsável por cuidar de muitas lideranças de terreiros, constituindo descendência de filhas e netas adotadas por meio da religião. A maioria das relações mantém-se através do seu *egbé*, Terreiro de Nossa Senhora das Candeias em Miguel Couto, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

10 *Rêpo-lêgo* é um ornamento usado em barras de saias de candomblé como sinal de hierarquia. Consiste

a barra, dá volume à saia devido ao franzido que proporciona, mas sua principal simbologia está associada à tríade da criação representada pelo triângulo, cujos vértices indicam continuidade e descendência, Exú, o princípio individual.

Portanto, na Casa Branca diz-se que o *feitiço mora na barra da saia de Oxum* em alusão à simbologia dos detalhes da costura, como também à fonte d'água que implantou o axé das grandes mães ancestrais como primaz e deu origem ao Terreiro.

Figura 1 - Bata em tafetá azul celeste bordado em ponto cheio com fios de seda. Traje de Egbome consagrado a Nanã. Pertenceu à Vó Conceição, Terreiro da Casa Branca



Foto: Marijara Souza Queiroz, 2019.

Figura 2 - Saia em tafetá azul celeste bordado em ponto cheio com fios de seda. Traje de Egbome consagrado a Nanã. Pertenceu à Vó Conceição, Terreiro da Casa Branca



Foto: Marijara Souza Queiroz, 2019.

---

em prender o bico da saia em algumas partes e deixas outras vazadas formando um triângulo.



A bata e saia em tafetá azul bordada em ponto cheio com fios de seda em padrões florais de diversas cores aguarda um espaço adaptado com vitrines no Ateliê de costura que garanta segurança e visibilidade para permanecer em exposição por longa duração. Ainda, protagoniza a formação de uma coleção de trajes de *egbomes* (mais velhas) e ancestrais do Terreiro como suporte da memória que preserva e produz oralidades, para além de modelo de vestimenta a ser seguido.

### **Espaço Cultural Vó Conceição**

Equede Sinha foi criada entre costuras e praticava desde cedo, mas foi acompanhando Vó Conceição durante a obrigação de um filho-de-santo em São Paulo que fez seu primeiro traje encomendado para Oxaguiã. Com isso, iniciou também a circulação na rede de relações da Casa Branca. Na parceria entre mãe e filha, Vó Conceição “cuidava da fé” dos iniciados que a solicitavam, enquanto Equede Sinha orientava na “maneira de enxergar o Orixá” a partir de sua roupa e da linguagem simbólica que carrega. (BRANDÃO, 2015: 62).

Certa que deveria passar adiante o conhecimento apreendido, em 25 de março de 2006, Equede Sinha inaugurou o Espaço Cultural Vó Conceição, no mesmo local onde funcionava o ateliê de costuras, bordados e assessórios para vestir os Orixás, afim de dar continuidade ao trabalho de sua mãe com os trajes de candomblé e criar alternativas de geração de renda para as pessoas do Terreiro e do entorno.

O Espaço Cultural foi implantado na casa onde residiu Tia Massi nos últimos anos de vida, próximo ao Barco na Praça de Oxum. A casa foi adquirida pelo filho de Equede Sinha, Gersony Brandão, para tal fim. O projeto iniciado em 2005 contou com o apoio de organizações não governamentais e membros da Casa Branca. No Ateliê acontecem diversos cursos com vistas à profissionalização e complementação de renda familiar das participantes, desde adolescentes à terceira idade. Após os cursos, algumas alunas ingressam profissionalmente na Cooperativa de Corte e Costura de Salvador.

Em maio de 2019, quando visitamos o espaço em companhia de Equede Sinha e tomamos nossas notas de campo, havia vinte e cinco mulheres registradas no curso de costura e bordados através de programas de formação com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – Bahia, centro de treinamento técnico ligado à Federação das Indústrias do Estado. As participantes do treinamento residiam no Engenho Velho da Federação, bairro do entorno da Casa Branca.

A especialidade do ateliê é o corte, costura e bordados voltados para o traje de candomblé, especialmente as roupas básicas usadas nos rituais internos, de modo que o tecido branco em morim, algodão muito fino e rústico, predomina. Isso porque o traje de ração, usado nos sete primeiros anos de iniciação e anualmente nos vinte e um dias do ritual das Águas de Oxalá, é o mais procurado por ser usado durante todas as fases de vida religiosa no Candomblé de modo que todas as iniciadas usam o traje de ração para as funções básicas, desde *abiyon* (mais novas) à *egbome* (mais velha), durante os rituais das Águas.

Neste caso, o tempo de iniciação e a posição hierárquica no rito e na religião estão marcados nos detalhes do próprio traje de ração de modo que uma *lyáô* de Oxalá não deve ter fita decorativa na barra da saia, pois o primeiro adereço é adicionado após o primeiro ano de iniciação completo. “No terceiro

ano, ganha mais duas fitas. No sétimo são mais quatro” e com o decorrer do tempo de iniciação a roupa recebe mais elementos decorativos e o tecido pode variar do morim, que é um algodão mais rústico, para o linho, a seda e outros tecidos mais refinados. A regra hierárquica no traje é clara: “se for uma laô, mesmo rica, ela não pode se vestir como as mais velhas”. (BRANDÃO, 2015: 64).

O traje de *egbome* é composto por *camizú*, saia rendada, bata, pano da Costa, *ojá* de peito, *ojá* de cabeça para o torço, fio de contas e pulseiras para se diferenciar das *lyáôs*. Nas cerimônias públicas as mais velhas podem incorporar mais detalhes decorativos e ornamentais no traje de acordo com a simbologia da orixá de modo a agradá-la em suas vaidades. Dada a exigência de conhecimentos prévios sobre cada orixá e a hierarquia da Casa, recomenda-se que o traje de candomblé seja confeccionado no próprio terreiro por pessoas que conheçam as regras da costura do traje.

Saber costurar não é prerrogativa para ingressar no candomblé, pois essa agência não é apenas humana e depende do trânsito de cada pessoa e do enredo de cada orixá dentro do *egbé*. Mas, devido à alta demanda de enxovais de iniciação e outros ritos de passagem para a fase de *lyá*, bem como à especificidade do traje e dos detalhes que o diferenciam e identificam o orixá, o ofício de costureira está presente na Casa Branca há muitas gerações. Por isso, preservou-se a ideia de que roupas de axé são confeccionadas no axé, como destacou as Equedes Sinha e Dalvinha, assim como suas mais velhas.

O vestuário que usamos no axé simboliza a sobrevivência de toda uma identidade e conserva detalhes fundamentais da nossa cultura. A roupa em um terreiro expressa, inclusive, graus hierárquicos. A sabedoria dos mais velhos é reverenciada com a permissão para o uso de trajes mais detalhados. (BRANDÃO, 2015: 72).

*Egbome* Nice de Oya, da Casa Branca, comparece às cerimônias públicas “vestida como uma rainha”, pronta para a orixá como manda o figurino, pois, segundo a *Egbome* “é um privilégio receber essa energia da natureza, me visto com muito capricho para que a divindade se sinta bem”. Se paramentar, no entanto, vai além da vaidade da filha-de-santa e da Orixá, é uma forma de afirmar a ancestralidade africana representada pelas roupas e acessórios. As contas, brincos, braceletes e o *ojá* são usados no cotidiano, ainda que sem o traje ritual. *Egbome* Nice diz que prefere andar à caráter mesmo no dia-a-dia para afirmar sua origem africana, por isso não abre mão dos troços, pulseiras, braceletes e fios de contas. (BRANDÃO, 2015: 65).

Contudo, o Terreiro é um espaço de concentração de costureiras e bordadeiras que se mantém no ofício, ainda que este não seja a principal fonte de renda familiar. A produção e circulação de trajes de candomblé no âmbito dos terreiros por meio da rede de ralações mantém-se através dos iniciados que produzem e consomem o próprio produto, além do público que transita entre terreiros de candomblé. Esse comércio nem sempre conta com a moeda corrente, muitas vezes as peças são permutadas internamente entre as detentoras de diversos fazeres, de modo que um traje pode ser trocado por ferramentas de orixás esculpidas em madeira, fundidas em metais ou joias usadas como adorno dentro e fora das cerimônias religiosas.

A autossuficiência, no entanto, não dispensa o incentivo de políticas públicas para a manutenção dessas práticas. O Espaço Cultural faz parcerias institucionais, governamentais ou formadas a partir da sociedade civil, para a realização

de curso e oficinas de formação com regularidade. Os cursos não se restringem aos trajes do Orixá e dos ritos do candomblé, incluem roupas e acessórios inspirados na cultura afro-diaspórica que podem ser usadas em diversas ocasiões. A confecção de bonecas de pano, camisas, bolsas e toalhas personalizadas, além de cerâmicas decorativas acontecem paralelamente às atividades que visam melhoria na qualidade de vida da comunidade como alongamento, yoga, capoeira, rodas de bate-papo, samba de roda e maculelê.

Assim como os trajes, os adornos – fios de contas, brajas – e as insígnias usadas pelos Orixás são, preferencialmente, produzidos no próprio Terreiro, pois “são documentos históricos, peças estéticas e, por vezes, sagradas, [...] símbolos de resistência, identidade e autoafirmação”. (BRANDÃO, 2015: 75).

O curso de bordados usados em trajes de candomblé Tecendo e Bordando realizado no Ateliê é especializado em bainha aberta, ponto que consiste na retirada de alguns fios do tecido. Sobre as linhas que restaram, faz-se pontos, pespontos ou cerzidos com a mesma linha retirada para obter desenhos e padrões geométricos. A bainha aberta não é um bordado, nem um encaixe, de acordo com o Livro de Brasileiro de Bordados Singer<sup>11</sup> e tem semelhança com a renda devido aos pontos e pespontos que unem as partes. (SINGER SEWING MACHINE COMPANY, 1947: 28).

A rede de informações sobre a produção de trajes nos terreiros contribui para a circulação de diversos bordados nos trajes de candomblé, a exemplo da barafunda feita à mão por *Egbome* Fernanda Coelho de Nanã (*Nananci*) do Ilê Axé Opô Afonjá e sua mãe biológica, Nadir das Neves, que compõem trajes para iniciadas de diversos terreiros do Brasil dada a repercussão do trabalho divulgado nos meios virtuais. Barafunda é um bordado feito a partir da bainha aberta rebordada.

De acordo com Fernanda Coelho (entrevista em 26/11/2020) existem em média trinta e cinco pontos de barafunda, as linhas usadas para bordar devem ser especiais (tipo esterlina), o tecido em cambraia de linho de boa qualidade, pois a retirada das linhas desestabiliza a trama e o tecido encolhe. Neste caso, o uso do bastidor e do desfiador de tecido são importantes pois garantem estabilidade e durabilidade ao bordado, além de evitar fios repuxados durante o processo de feitura.

Fernanda e sua mãe aprenderam a bordar com a professora filiada ao Sebrae Equede Itana, Mestre em barafunda. Foi através de uma entrevista na TV Bahia, na programação comemorativa ao mês da consciência negra, em 20 de novembro, que Nadir da Neves soube do curso de barafunda ministrado para meninas e mulheres do candomblé e do entrono do terreiro de Itana. O interesse inicial foi motivado pela expectativa da elaboração do traje de Nanã para as obrigações de três e de sete anos de iniciada de Fernanda, por considerar que o bordado se associa à Orixá Nanã por ter “uma essência rústica, onde não tem brilho”, apenas fios do próprio tecido. (COELHO, entrevista em 26/11/2020).

O traje em barafunda feito por *Egbome* Fernanda de Nanã do Afonjá para *Egbome* Nice de Oya da Casa Branca está em processo de musealização, patrimonialização ou artificação, a depender do olhar dos curadores que o deslocou ou do público que o leu durante a exposição *Festa Brasileira: Fantasia Feita*

<sup>11</sup> O Livro de Bordados da Singer foi traduzido e publicado no Brasil em 1947 e consiste em um manual de bordados feitos à máquina com o intuito de expandir a produção mecanizada e, conseqüentemente, a venda das máquinas de marca Singer. A Singer foi fundada em 1851, tem sede no Tennessee, EUA, e é líder mundial em venda de máquinas domésticas de costuras e bordados.



à Mão, com curadoria de Raul Lody e Leonel Kaz, realizada no Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB) no Rio de Janeiro, em 2017. Os nove ambientes contaram com objetos criados ou selecionados pela associação dos artesãos, com o apoio do Sebrae, dentre os quais, máscaras, instrumentos musicais, adereços e vestimentas com o objetivo de valorizar as celebrações populares.

Seja qual for o processo (musealização, artificação ou patrimonialização) a que foi submetido o traje ao ser emprestado por sua proprietária para compor a exposição, certo é que o objeto carrega valores simbólicos atribuídos pelas mãos de Egbome Fernanda que elaborou o traje e pelo corpo de Egbome Nice que o expôs através do uso no ritual. Para além, o traje é identificado no contexto curatorial como expressão popular o que o define na hierarquia de objetos e coleções institucionalizadas e, conseqüentemente, representa os discursos e narrativas reservados à camada que ocupa na estrutura social.

Figura 3 - Traje de *egbome* em barafunda. Exposição *Festa Brasileira, Fantasia feita à mão* no CRAB-SEBRAE, Rio de Janeiro, 2017. Pertence à Egbome Nice de Oya do Terreiro da Casa Branca e foi feito por Fernanda de Nanã do Ilê Axé Opô Afonjá.



Foto: Andréa Portela.

### Musealização em processo

Quando visitamos o Espaço Cultural não havia atividades em desenvolvimento o que possibilitou a observação da arquitetura e a disposição dos objetos no espaço, bem como a versatilidade deste para acomodar todas as funções que abriga e eventos que realiza. O ateliê de costura tem protagonismo, mas o espaço é multiuso, de modo que acontecem cursos e atividades ligadas aos

cuidados com a saúde mental e física, debates temáticos e confecção de instrumentos musicais. O Espaço Cultural também tem sido utilizado para guardar e expor objetos de valor artístico, histórico ou religioso para as pessoas do *egbé*, dentre os quais, objetos de trânsito que participam de rituais de deslocamento dentro e, as vezes fora do espaço do Terreiro.

Ritual público é comemoração. O Barco de Oxum é a festa de maior repercussão pública, sobretudo entre os terreiros de Salvador e do Recôncavo da Bahia. É um ritual dedicado a Oxum que consiste em lhe oferecer o alimento sagrado, *Ipeté*, no *Iku iluaiê* (barco) onde está implantado o alicerce ancestral da Casa Branca em homenagem as “grandes mães de santo que plantaram o axé do Terreiro e o axé das *Iyami*”, *Iyá Detá*, *Iyá Akalá* e *Iyá Nassô*, fundadoras da Casa Branca, juntamente com suas ancestrais africanas.<sup>12</sup> (OLIVEIRA, 2005: 83-84).

O barco é uma construção de alvenaria que representa a travessia do culto a Oxum através do oceano Atlântico durante a diáspora africana e a representação da própria costa da África, como define Equede Sinha. O barco mede oito metros de comprimento por três metros de largura e foi erguida pelo Ogã Floro Clarismundo do Amparo, em 1959 para proteger a fonte d'água que está localizada no centro da proa, à sobra de uma cajazeira que simula o mastro. A fonte é um minadouro de água preservado graças ao culto a Oxum, uma vez que o aterro do Rio Lucaia que corria em frente ao Terreiro, até 1960, provocou assoreamento das demais nascentes. A fonte foi consagrada às *Iyami*, uma vez que estas chegaram antes do barco construído posteriormente para conter o avanço da cidade sobre a praça em frente ao Terreiro. (BRANDÃO, 2015: 94).

O Barco de Oxum e o ritual em torno dele foram fundamentais no processo de tombamento do Terreiro mediante o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)<sup>13</sup>, onde foi inventariado como *monumento* de valor ambiental, histórico e paisagístico. Segundo Ordep Serra (2008: 2), o tombamento do Terreiro foi decidido em 31 de maio de 1984 e homologado em 27 de junho de 1986 identificando o “bem patrimonial” em questão como “sítio de valor histórico e etnográfico do *Ilê Axé Iyá Nassô Oká*, Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho”.<sup>14</sup>

Durante os três dias do ritual do Barco de Oxum, o Terreiro recebe muitos presentes de suas filhas, terreiros descendentes e amigos. Os presentes mais recorrentes são as bonecas vestidas com trajes que identificam Oxum e representam as mães ancestrais neste mundo. As bonecas embarcam no dia da festa, após serem cuidadosamente preparadas para a ocasião recebendo roupas novas, limpas e bem passadas, fios de contas, acessórios e insígnias que identificam a posição da ofertante ou da ancestral representada na hierárquica religiosa.

Antes dos presentes, objetos de culto trazidos da Costa da África que pertenceram a ancestrais do Terreiro são conduzidos do Espaço Cultural até o Barco, em rito que antecede a festa pública. O trânsito garante o retorno dessas peças ao assentamento de fundação da Casa Branca, junto à fonte. A

12 A literatura relacionada evidencia uma fundação processual, entre 1788 e 1830, marcada por acontecimentos importantes para a consolidação do candomblé Ketu na Bahia. (SANTOS, 2012; SILVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2015).

13 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é um órgão integrado à Secretaria de Cultura, Ministério da Educação, do Governo Federal, que trata preservação dos patrimônios de natureza material e imaterial brasileiro.

14 Registro do Processo: número I.067-T-82, Inscrição número 93, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

transferência das peças do *assentamento*<sup>15</sup> para o Espaço Cultural, a casa mais próxima à Praça de Oxum onde está localizada a fonte, atendeu às necessidades de conservação dos objetos/Orixás do Terreiro, uma vez que são constituídos de materiais perecíveis como madeira, pedra, penas, metal, conchas, ossos.

Registramos esses objetos postos sobre uma elevação de cimento forrado com tecido trazido da Costa africana. A construção protege outra fonte d'água no interior da casa que abriga o Espaço Cultural, no último cômodo, após atravessar as salas das máquinas de costura. Dessa forma, *otás* (pedras sagradas) de Xangô ou Oxalá; *Igbá* (louça para ofertar alimentos) das *lyabá*; escultura de *Ibeji* (crianças gêmeas); conchas de lemanjá; pilão de Oxaguiã; penas de pavão de Oxossi; ferramentas de Ogun; imagem de roca para o desfile público, dentre outros, são manifestações ou representações dos orixás neste mundo.

Deslocada desse conjunto de peças, encontra-se a cabaça de Odùduwá usada no ritual do Barco de Oxum. Está exposta em destaque sobre a cadeira sacerdotal que pertenceu a Vó Conceição na vitrine que foi adaptada na varanda em frente à casa. A composição conta ainda com máscaras africanas em madeira postas sobre uma mesa de *Ifá* tendo ao fundo uma cortina de chita (referência às *lyami*) e uma pintura com representação do Orixá Xangô. Ao lado, na mesma vitrine, três trajes produzidos pelo Ateliê de costura estavam expostos em manequins, duas kaftas femininas e um conjunto de calça e bata masculino.

Quando confeccionados no Ateliê, os trajes expostos podem ser comercializados. Quando os trajes são de *egbome* vivas ou ancestrais, ficam expostos como referência religiosa, histórica ou artística. O traje de Vó Conceição e de outras *egbome* do Terreiro já foram expostos para homenagear as mais velhas e servir de modelo para as alunas do ateliê. A composição acomoda os objetos na vitrine para que possam ser contemplados, pesquisados ou conservados. A exposição usa dispositivos comuns nos museus e espaços museais brasileiros, sobretudo no que se refere aos recursos utilizados para expor as peças e suportes expográficos como vitrines, bases, iluminação, cenário.

Figura 4 - Vitrine com trajes, pinturas, cadeira sacerdotal e objetos sagrados. Ateliê Vó Conceição. Terreiro da Casa Branca



Foto: Marijara Souza Queiroz, 2019.

15 Axé implantado para determinado Orixá ou conjunto de Orixás.

Figura 5 - Máquinas de costuras manuais com conjunto de quadros africanos expostos acima. Ateliê Vó Conceição, Terreiro da Casa Branca.



Foto: Marijara Souza Queiroz, 2019.

Atrás e acima da porta de entrada da casa que abriga o acervo, sobre uma prateleira, descansa um conjunto de esculturas africanas e oxês (machado de duas lâminas) de Xangô em madeira entalhada, presentes de antepassados do Terreiro. As máquinas de costura e bordados estão organizadas ao longo das salas e agrupadas em séries de manuais e automáticas. Dividem o ambiente com quadros nas paredes que decoram o espaço ao tempo que os guarda como repositórios da memória daquele lugar. Os objetos sagrados guardados pelos olhos de quem os observa, aguardam o deslocamento anual até o Barco de Oxum para a cerimônia do *Ipeté*.

De acordo com Maria Ignês Mantovani Franco (2018: 140) a expografia faz parte da cadeia operatória de comunicação no processo de musealização que envolve arquitetura, conservação, documentação, segurança, acessibilidade, gestão, ações culturais e educação. É “a expografia que consolida os discursos expositivos” por meio de linguagens verbais ou visuais. Sonia Salcedo Del Castillo (2014: 66) destaca que a expografia estabelece “analogias, colisões e atravessamentos visíveis” que conectam o discurso a ser enunciado. A expografia “é uma extensão textual sustentada na convivialidade” com o objeto, uma vez que o plano expositivo deve promover empatia cognitiva (compreensão) e afetiva (experimentação) o que demanda intimidade com o objeto.

Na visita ao Espaço Cultural observamos que não havia identificação dos objetos que estavam em exposição nas vitrines, da mesma forma que nos objetos dispostos nas paredes das salas de costura e bordados ou sobre mesas e bases, a exemplo das bonecas de Oxum presenteadas pelos terreiros vizinhos ou descendentes. Neste caso, a quantidade e qualidade da informação está condicionada ao uso e apropriação do espaço nas atividades regulares que desenvolve ou à mediação em visita guiada. Em nosso caso, Equede Sinha foi generosa ao demonstrar intimidade com o acervo e com o contexto sociocultural que justifica a presença de cada objeto da exposição como repositório de memória social e coletiva.

A casa também acomoda objetos decorrentes das atividades que realiza como banners de divulgação e estruturas utilizadas em rituais, além dos objetos

que se integram ao ritual do barco e recebe novos navegantes anualmente. Contudo, pensar no Espaço Cultural Vó Conceição como um memorial ou mesmo um museu aberto ao público é uma possibilidade vislumbrada pelo Terreiro, de acordo com Equede Sinha, que sonha em expor os trajes deixados por Vó Conceição de forma permanente ou por longa duração.

A musealização que ocorre processualmente no Espaço Cultural Vó Conceição se estrutura a partir do uso social da memória para reescrita da história. De acordo com Joseania Miranda Freitas e Luzia Gomes Ferreira (2021: 215), a violência com que o racismo desqualifica os processos, conhecimentos, saberes e fazeres afro-brasileiros, extrai dos objetos a subjetividade da materialidade, uma vez que se caracterizam como registros de vida. No caso específico das memórias negras,

o ato de despir ou manter despidos os seres humanos africanos capturados, depositados em fétidos barracões, embarcados nos navios negreiros e mais uma vez expostos em armazéns para venda do outro lado do Atlântico, fazia parte do degradante processo de desumanização das pessoas escravizadas, processo que, infelizmente, ainda perdura, com seus desdobramentos no racismo cotidiano, exigindo posturas de denúncias.

Despir-se das vestes e dos objetos é despir-se da memória individual que se consolida no uso processual coletivo. Despir-se de memórias é despir-se de afetos. Nesse sentido, os objetos do passado reunidos no Espaço Cultural do Terreiro recuperam a dimensão imaterial e subjetiva, atribuem sentido ao presente e criam perspectivas de futuro no qual as pessoas negras tem protagonismo na história local e nacional. Nesse sentido, o processo de musealização por meio da memória social de comunidades afro diaspóricas seja no âmbito dos museus ou dos territórios de resistência, a exemplo do Terreiro da Casa Branca, subverte a lógica do projeto colonialista e estabelece novos paradigmas para a Museologia.

### Considerações

A Casa Branca é formada principalmente por mulheres negras que ocupam a hierarquia religiosa do Terreiro desde a sua fundação no final do século XIX. A sucessão por indicação através do jogo do Ifá tem assegurado o sistema matrilinear sustentado pelo fato de que homens não incorporam e não são iniciados para Orixás. Essa condição está associada ao axé fundador, o axé das *lyabás*, determinante para o equilíbrio das forças e poder feminino como unidade de ação atemporal e ininterrupta.

Em consonância com Joseania Freitas e Luzia Ferreira que revelaram a ação de Dona Romélia da Costa Oliveira na organização da coleção autobiográfica de Vicente Ferreira Pastinha, Mestre Pastinha, seu companheiro, que hoje integra o acervo do Museu Afro-brasileiro, Salvador, Bahia, esperamos que este artigo visibilize o relevante papel das mulheres na preservação de memórias. Da mesma forma, pactuamos com Ana Audebert (2018: 28) quando chama atenção para a necessidade de articulação de discursos de gênero e feminismo com os estudos sobre coleções e a prática do colecionismo como dispositivo de percepção, construção e organização da memória social que subverte a lógica androcêntrica.



## Referências

AUDEBERT, Ana. Colecionismo a partir da perspectiva de gênero. UNB: PPG-CINF: *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 7, n. 13, jan-jun, 2018. [online]

BRANDÃO, Geronice Azevedo. *Equede a mãe de todos*: Terreiro da Casa Branca. Organização: Alexandre Lyrio e Dadá Jaques. Editora Barabô: Salvador, 2016.

DEL CASTILLO, Sônia Salcedo. *Arte de Expor*: curadoria como exoposis. Nau Editora: Rio de Janeiro, 2014.

FRANCO, Mari Inês Mantovani. Planejamento e realização de exposições. *Ibram: Cadernos Museológicos*: Brasília, v. 3, 2018. Em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/planejamentorealizacaoexposicoes-bra.pdf>.

FREITAS, Joseania Miranda; FERREIRA, Luzia Gomes. Dona Maria Romélia da Costa de Oliveira e a coleção autobiográfica do Mestre Vicente Joaquim Ferreira Pastinha no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. UNB: PPGCINF: *Revista Museologia & Interdisciplinaridades*, v. 10, n. 20, jul-dez, 2021. [online].

MARTINS, Cléo. *Nanã*: a senhora dos primórdios. Pallas: Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Rafael Soares. *Feitiço de Oxum*: um estudo sobre o Ilê Axé Iyá Nassô Oká e suas relações em rede com outros terreiros. UFBA: PPGCS: Salvador, 2005. (tese de doutorado).

SANTOS, Juana Eibein. *Os Nagô e a Morte*: Pàde, Àsèsè e o culto Egun na Bahia. 14ª Edição: Vozes: Petrópolis, 2012.

SERRA, Ordep Trindade. Monumentos Negros: uma experiência. *Revista Afro-Ásia*. CEAO/UFBA: Salvador, 2005. N° 33, p. 169 a 205. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3583/1/afroasia33\\_pp169\\_205\\_Ordep.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3583/1/afroasia33_pp169_205_Ordep.pdf).

SERRA, Ordep. *Ilê Axé Yá Nassô Oká*, Terreiro da Casa Branca: Laudo antropológico. IPHAN: Salvador 2008. Em: <https://ordep Serra.files.wordpress.com/2008/09/laudo-casa-branca.pdf>.

SILVEIRA, Renato. *O candomblé da Barroquinha*: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto. Ed. Maianga: 2006.

SINGER SEWING MACHINE COMPANY. *Livro de Bordados SINGER*. 4ª edição: Escola Nacional de Belas Artes: Rio de Janeiro 1947.

## Entrevistas

BRANDÃO, Geronice Azevedo (Equede Sinha). Entrevista (semi-estruturada), realizada em 27/05/2019 no Terreiro da Casa Branca, Salvador, Bahia.

Marijara Souza Queiroz

COELHO, Fernanda. Entrevista. Realizada e gravada por videoconferência na Plataforma Teams. Por: Marijara Queiroz. Em: 26/11/2020. Transcrição disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43071>

*Recebido em agosto de 2022.  
Aprovado em outubro de 2022.*